



EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DO IFCE – *CAMPUS* CANINDÉ SOBRE SUAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Francisca Rejane Bezerra Andrade [*]; Mayara Cely Paulo Da Silva Medeiros [**]

Tencionando contribuir com a produção de conhecimento sobre a questão étnico-racial, este artigo apresenta reflexões sobre o racismo e a estruturação das classes sociais no Brasil. Para tanto, aborda a relação existente entre questão social e questão racial decorrentes da formação da sociedade brasileira. Discute ainda sobre as ações do Estado para a promoção da igualdade racial com foco na política educacional, e apresenta os resultados da pesquisa empreendida junto aos professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Canindé, que busca identificar as estratégias pedagógicas e conhecer as percepções dos professores sobre as contribuições de suas concepções e práticas. Com efeito, realizou-se entrevistas com professores dos cursos de licenciatura em Matemática e Educação Física. Concluiu-se que a questão étnico-racial é percebida como um tema transversal e a reflexão sobre o racismo e suas expressões no ambiente escolar está distante do cotidiano de professores e alunos.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Antirracista. Promoção da Igualdade Racial.

EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND THE PERCEPTIONS OF IFCE TEACHERS – CANINDÉ CAMPUS ABOUT THEIR CONCEPTIONS AND PEDAGOGICAL PRACTICES

ABSTRACT

Intending to contribute to the production of knowledge on the ethnic-racial issue, this paper presents reflections on racism and the structuring of social classes in Brazil. To this end, it addresses the relationship between social issues and racial issues resulting from the formation of Brazilian society. It also discusses the actions of the State to promote racial equality with a focus on educational policy, and it also presents the results of the research undertaken with teachers from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará – Canindé campus, which seeks to identify pedagogical strategies and learn about teachers' perceptions about the contributions of their concepts and practices. To this end, interviews were conducted with teachers from undergraduate courses in Mathematics and Physical Education. It was concluded that the ethnic-racial issue is perceived as a cross-cutting theme



and the reflection on racism and its expressions in the school environment is distant from the daily lives of teachers and students.

Keywords: Teacher Training. Anti-Racist Education. Promotion of Racial Equality.

LA EDUCACIÓN DE LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES Y LAS PERCEPCIONES DE LOS DOCENTES DEL IFCE – CAMPUS CANINDÉ SOBRE SUS CONCEPCIONES Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS

RESUMEN

Con la intención de contribuir a la producción de conocimiento sobre la cuestión étnico-racial, este artículo presenta reflexiones sobre el racismo y la estructuración de clases sociales en Brasil. Para ello, aborda la relación entre las cuestiones sociales y las cuestiones raciales derivadas de la formación de la sociedad brasileña. También analiza las acciones del Estado para promover la igualdad racial con enfoque en la política educativa, y presenta los resultados de la investigación realizada con docentes del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Ceará – campus Canindé, que busca identificar estrategias pedagógicas y comprender las percepciones de los docentes sobre las contribuciones de sus concepciones y prácticas. Para ello, se realizaron entrevistas a docentes de carreras de pregrado en Matemática y Educación Física. Se concluyó que la cuestión étnico-racial es percibida como un tema transversal y la reflexión sobre el racismo y sus expresiones en el ámbito escolar está alejada del cotidiano de docentes y estudiantes.

Palabras clave: Formación de Profesores. Educación antirracista. Promoción de la Igualdad Racial.

INTRODUÇÃO

Para a compreensão da questão social que se manifesta no cenário brasileiro, é fundamental analisar como se deu a sua formação social, considerando suas relações de exploração e opressão que antecedem e resistem aos moldes capitalistas. Partindo dessa premissa, ao pensarmos sobre a questão social no Brasil, relacionando o modo de produção à formação social, Santos (2012) infere que o modo de produção se manifestará não só na vida material dos indivíduos, mas também terá conexão direta com aspectos políticos, morais e ideológicos presentes nesta sociedade. Logo, para a autora, a categoria modo de produção não será suficiente para explicar as relações de exploração na sociedade capitalista.



Ante o exposto, tenciona-se contribuir com as reflexões sobre o entrelaçamento entre a questão racial e a questão social no país, em decorrência de um passado de exploração e de opressão que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, refletindo também sobre como a política educacional tem se tornado um importante campo de luta para as ações antirracistas e de enfrentamento às situações de racismo e discriminação na sociedade. Dentre tais ações, aborda-se a implementação das Leis 10.639 de 2003, modificada pela Lei 11.645 de 2008, e 12.711 de 2012. Assim como apresenta-se os resultados da pesquisa realizada com os professores dos cursos de licenciatura em Educação Física e Matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – *campus* Canindé.

Dito isto, destaca-se que o artigo se constitui de uma reflexão sobre as expressões do racismo e a estruturação das classes sociais no Brasil, e aborda a relação existente entre a questão social e a questão racial decorrentes da formação da sociedade brasileira. Para tanto, discute-se ainda sobre as ações do Estado brasileiro para a promoção da igualdade racial com foco na política educacional. E, por fim, apresenta-se os resultados da pesquisa realizada com os professores do IFCE – *campus* Canindé, tencionando identificar como a política de educação, através da formação de professores antirracistas, pode favorecer a formação de uma nova sociabilidade livre de opressões.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

Ao analisarmos a organização do modelo de sociedade delineado no Brasil, é preciso compreender que a economia e as relações políticas foram sustentadas pela exploração do trabalho forçado de milhões de negros e negras, sequestrados do continente africano e escravizados nestas terras por mais de 300 anos. Não existe uma referência exata do início do tráfico negreiro ou diáspora africana no Brasil, mas sabemos que ele perdurou do século XVI ao XIX, fazendo com que esses homens e mulheres representassem a maior parcela da população neste período, e que também era a força de trabalho que sustentaria a produção de açúcar para a exportação. Para Moura (1994), o Brasil teria recebido por volta de 40% das pessoas sequestradas da África.



Moura (1994) divide este período histórico em dois momentos: o escravismo pleno e o escravismo tardio. O escravismo pleno ocorre do início da chegada de africanos/as ao Brasil, por volta da segunda metade do século XVI até os anos de 1850, quando as leis e a nova organização do Brasil extinguem o tráfico internacional de seres humanos trazidos da África. O escravismo tardio acontece com a proibição do tráfico internacional, em uma realidade econômica mundial em que a Europa e os Estados Unidos consolidavam as suas relações capitalistas e viam no Brasil um proveitoso território de exploração e investimento, ao mesmo tempo em que as elites política e econômica da época se apegavam aos seus antigos privilégios.

Moore (2010 *apud* Silva Filho, 2012), por oportuno, destaca a participação da população negra escravizada na economia da época, considerando sua abundante e gratuita mão de obra em espaços como as lavouras de cana-de-açúcar, as minas, os cafezais e afazeres domésticos. E assevera: “A mão de obra escravizada produziu as riquezas que contribuíram na construção das economias das colônias ocidentais nas Américas e para o fornecimento das matérias-primas utilizadas para o desenvolvimento das indústrias manufatureiras europeias” (Moore, 2010 *apud* Silva Filho, 2012, p. 47). Acentua-se que os motivos econômicos também foram considerados para a aceitação da abolição da escravidão pela elite política e econômica da época.

O mundo se modernizava frente às inovações técnicas de seus maquinários nas indústrias, e os ideais iluministas e a Revolução Francesa viajaram o mundo, chegando às terras brasileiras, trazidas pela juventude que foi estudar na Europa e se preparar para governar o país. Ao novo modelo econômico interessava a formação de um mercado consumidor, e aqui convém destacar a forte influência política e econômica que a Inglaterra exercia sobre o governo luso-brasileiro.

Apesar das condições desfavoráveis, a população aqui escravizada desenvolvia estratégias para resistir à ordem e à violência na qual estava submetida. Ela denunciava as situações de opressão e discriminação motivadas pelas desigualdades raciais, assim como reivindicava a sua inclusão na sociedade. Nesse caminho, foram identificados vários



movimentos de insurreição dos negros e a formação de Quilombos pelo País, apesar de serem considerados como traição. Há registros da participação dos negros em episódios marcantes da história do Brasil, como, por exemplo, na Revolução Farroupilha, na Guerra do Paraguai e na Revolta da Chibata.

Com a abolição do regime de escravidão, a ciência passou a ter a responsabilidade sobre a formação de consensos que deixariam os/as recém-libertos/as na condição de seres inferiores, desumanizados e infantilizados, utilizando-se das teorias racialistas, as quais afirmavam que o comportamento dos indivíduos (características morais e psicológicas) estaria diretamente ligado à sua raça, favorecendo assim a continuidade da propagação de estereótipos sobre negros e negras construídos e sedimentados ao longo dos mais de três séculos de escravidão.

A realidade encontrada no pós-abolição se mostrou distante do sonho de liberdade nutrido pela população afrodescendente cativa. A liberdade disponibilizada não se revertia em cidadania, uma vez que a população que viveu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado viveu os resultados do preconceito e da discriminação racial, culminando no amplo empobrecimento dessa população. Portanto, para muitos autores, o Brasil realizou uma abolição inacabada.

Guimarães (2012), ao problematizar as causas da pobreza negra no Brasil, assinala que o direcionamento de tal fenômeno atinge historicamente mais indivíduos negros que indivíduos brancos. E ressalta que, embora se apresente a situação da escravização para tentar justificar a pobreza, tal conjunção pode acabar esvaziando um sentido político e de mudança na atualidade, uma vez que tanto os antigos governos como os atuais são diretamente responsáveis por implementar ações para reverter a situação em que ser pobre se apresenta como sinônimo de ser preto e vice-versa.

Apesar de o senso comum problematizar a situação como uma discriminação entre classes sociais, Guimarães (2012) pondera que, de fato, ela resulta da discriminação racial e que essa discriminação e hierarquização é estruturante para a relação entre as classes no Brasil. Sob tal perspectiva, empreende-se a discussão sobre esse tema na sequência.



QUESTÃO RACIAL E QUESTÃO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ao propormos aprofundar a análise da relação existente entre a questão social e a questão racial proveniente das peculiaridades da formação da sociedade brasileira, busca-se discorrer inicialmente sobre o uso do conceito da categoria raça.

A partir do nível de evolução de uma raça, baseada nas características físicas e nos níveis de sociabilidade dentro das comunidades, os cientistas do século XIX estabeleciam a organização social e política da sociedade, e afirmavam que no “cruzamento das raças” os mestiços herdariam as piores características das raças que lhes deram origem, representando a verdadeira degeneração racial e social (Schwarcz, 1993).

Schwarcz (1993) evidencia ainda que os intelectuais das teorias racialistas do século XIX defendiam a existência de três grandes raças: a branca, a amarela e a negra, as quais teriam origem e desenvolvimento próprios, e que a partir de sua classificação, os amarelos e os negros seriam seres incivilizáveis, e assim estariam impossibilitados ao progresso. Desta forma, se afirmava a hierarquia entre os povos e justificava o poder e a dominação que os brancos exerciam sobre as outras raças.

Passado um século do auge das teorias racialistas no Brasil, os avanços dos estudos na área das Ciências Biológicas contribuíram para a superação destas teorias, favorecendo que o conceito de raça fosse reelaborado, como pontua Guimarães (2012):

“Raça” é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas também uma categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe” (Guimarães, 2012, p. 50).

Portanto, pode-se afirmar que para além de uma suposta relação de superioridade fisiológica, intelectual e cultural entre as raças, o “Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (Almeida, 2016, p. 23), e está presente na sociedade brasileira em todas as suas dimensões. Estando vigente em ações que naturalizam e procuram



tornar invisíveis as condições de subalternidade, exploração e opressões que negros e negras vivenciam na realidade social brasileira.

Compreende-se que o racismo é estruturante na formação desta sociedade. E mais, que o racismo está na base da organização econômica brasileira e, apesar da existência do discurso da formação miscigenada desta sociedade, onde todos têm igualdade de oportunidades, encontra-se fortemente a presença do racismo em sua organização social de classes. Assim como se encontra em sua organização política, identificada através da manutenção de privilégios que sempre excluem as pessoas negras dos espaços de liderança e de decisões na hierarquia social.

Mesmo na formação de uma sociedade capitalista, em que se é difundido a máxima em que todos são iguais, percebe-se que não se rompe com as formas de exploração e opressão de um sistema anterior, pois se apropria dessa engrenagem para a acumulação. Esse pensamento está presente quando Bento (2022) aborda o capitalismo racial e ressalta:

O capitalismo racial elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que se baseia em lógicas de raça, etnia e gênero para a expropriação, que vão desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou o trabalho reprodutivo de gênero etc. (Bento, 2022, p. 41).

Coadunando com Bento, Madeira (2017) também afirma que não se deve desvincular raça, classe e gênero na análise da formação da sociedade brasileira, e que as desigualdades e opressões existentes na vida de homens e mulheres, negros e negras, são resultantes do racismo, patriarcado e capitalismo.

Abordar a questão racial para o centro da questão social não é negar a luta de classes, mas compreender as particularidades da formação e organização das classes fundamentais no Brasil, principalmente da classe trabalhadora. E, portanto, as categorias raça, gênero e diversidade sexual apontam para um maior ou menor grau de exploração e opressão desses trabalhadores e trabalhadoras.

Devulsky (2016) pondera sobre as mais diversas formas de desigualdades que têm o racismo como ponto de partida. E mais, destaca que ao se analisar a luta de classes apenas sob



o prisma econômico, comete-se o erro de simplificar as análises e naturalizar as situações de discriminação, violência e privilégios que organizam a hierarquia social no País.

Os lugares ocupados pela população afrodescendente na sociedade brasileira são historicamente construídos, e são lugares de subalternidade no mercado de trabalho, de acesso precário a políticas públicas, que não alteram a estrutura da formação da sociedade brasileira e muito menos conseguem problematizar a grande concentração de renda existente nas mãos na população não-negra (Madeira, 2017).

Diante do exposto, na sequência, busca-se analisar as ações do Estado brasileiro para a promoção da igualdade racial com foco na política educacional, visto que se compreende que a luta e o enfrentamento ao racismo, e suas manifestações, fazem parte da luta anticapitalista, da luta que vislumbra uma nova forma de sociabilidade entre os indivíduos, livres de todas as formas de exploração, opressão e discriminação.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS

Ao buscarmos discorrer sobre as opressões sofridas por negras e negros no processo de formação da sociedade brasileira, parte-se do entendimento de que o racismo, sendo estrutural nesta sociedade, reserva lugares de subalternidade à população afrodescendente no processo de escolarização e de inserção no mercado de trabalho. Portanto, o acesso à educação formal sempre se apresentou com uma preocupação para a população negra. Ao mesmo tempo em que a educação no Brasil esteve constantemente atrelada à formação dos consensos e valores que iriam vigorar na sociedade.

O século XIX foi marcado por importantes mudanças na área educacional brasileira. Dentre essas mudanças ressalta-se a importância que a escola passou a ter como espaço exclusivamente destinado à educação de diferentes públicos, assim como uma série de medidas que visavam à instrução pública para a contribuição da criação da história e da identidade do novo Império (Gondra; Schueler, 2008).



Por conseguinte, no século XX houve o aumento dos equipamentos escolares e a preocupação governamental com a instrução dos cidadãos. Lembrando que, o acesso às escolas ainda era restrito a privilégios de classe e raça. É importante destacar, ainda, as intensas mobilizações populares ocorridas desde a metade da década de 1980 no País, que favoreceram a abertura democrática – com o fim dos governos militares - e a promulgação da Constituição de 1988, que trouxe importantes discussões sobre a universalização dos serviços prestados pelas políticas de saúde, educação, assistência social, dentre outras.

No entanto, não se deve esquecer que foi somente nos anos de 1990, que se ampliou o diálogo político direcionado para o fomento de ações de inclusão, que considerassem as barreiras existentes para o acesso da população negra ao sistema educacional, ao emprego e a renda no País. Com o reconhecimento das pautas do Movimento Negro, a partir dos anos 2000, principalmente depois da Conferência de Durban¹, o Estado brasileiro passou a dialogar sobre ações para a promoção da igualdade racial.

Particularmente sobre as ações para a promoção da igualdade racial na educação, ressalta-se a implementação da Lei 10.639 de 2003 (depois modificada pela Lei 11.645/08), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), e estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica, em escolas públicas e particulares; e também da Lei 12.711 de 2012, revisada no ano de 2023, que estabelece a reserva de 50% das vagas nas universidades e Institutos Federais para alunos oriundos de escolas públicas, as quais deverão ser preenchidas por alunos pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a proporção destas populações no estado em que a vaga estará sendo pleiteada.

As ações citadas acima são exemplos de Políticas de Ações Afirmativas, que segundo Pereira (2015): “[...] são um conjunto de ações de políticas públicas (e privadas) que buscam se valer do princípio constitucional da igualdade material e da neutralização dos efeitos da

¹ III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban na África do Sul em 2001, em que o Brasil se comprometendo a implementar políticas para a Igualdade Racial (Ribeiro, 2014).



discriminação quanto à identidade étnico-racial e de gênero, geração, orientação sexual, origem nacional e das limitações físicas” (Pereira, 2015, p. 85).

Portanto, são ações que visam reparar injustiças, combater situações de discriminação e preconceito ao passo em que pretendem promover a inclusão social e a cidadania da população negra, historicamente excluída. Entende-se que as ações afirmativas e valorativas implementadas na política de educação pretendem tornar o sistema menos excludente, garantindo o acesso e permanência, considerando as peculiaridades dos alunos.

Ressalta-se também que a Lei 10.639/03, em conjunto com a Constituição de 1988, procuram assegurar “[...] o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim, garantem direitos iguais às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros” (Brasil, 2004, online).

No âmbito da política educacional, essa garantia de direitos iguais ocorrerá através de ações que reconheçam e valorizem a riqueza da diversidade de culturas que deram origem ao povo brasileiro. Portanto, a implementação da Lei 10.639/03 se apresenta como o reconhecimento de que a história oficial é contada a partir de um padrão eurocêntrico e linear, o que favoreceu a reprodução de um estereótipo de negros e negras que somente encontrariam espaço de subalternidade na sociedade brasileira.

A referida lei propõe ressignificar a participação e as histórias de negras e negros na construção da sociedade brasileira, considerando as reivindicações dos movimentos sociais negros que denunciam o racismo presente na estrutura da organização da sociedade brasileira. E, por conseguinte, a Lei 12.711/12 contribui para a efetivação desse processo ao estabelecer a reserva de vagas no Ensino Superior público federal, considerando também o lugar de subalternidade reservado às negras e aos negros na sociedade, nos postos de trabalho e nos cargos de liderança e influência. No entanto, segundo Gonzalez (2022):

Transcorridos mais de noventa anos desde a abolição do escravismo, a população negra brasileira continua concentrada nos degraus inferiores da hierarquia social. Em contraste com a população branca, parte majoritária da população negra localiza-se nas regiões menos desenvolvidas do país, seu acesso ao sistema educacional ainda é



restringido, particularmente aos níveis de instrução mais elevados (Gonzalez, 2022, p. 121).

Apreende-se do exposto que não se implementou as cotas genuinamente raciais nas universidades brasileiras em âmbito nacional. Entretanto, a implementação dessas cotas no Ensino Superior se apresenta como uma ação que considera a existência do racismo e da discriminação racial, e de como ele é estruturante em nossa sociedade. Portanto, para além de ações afirmativas para o ingresso, é de suma importância a implementação de ações para a permanência e êxito deste público nas universidades e Institutos Federais no Brasil.

Logo, partindo da compreensão que a formação social brasileira favorece a exploração de homens, mulheres e crianças negras, ocasionando profundas desigualdades raciais que geraram impactos na qualidade de vida de indivíduos negros e negras e, conseqüentemente, perpetuam o ciclo da pobreza, direciona-se o olhar para a pesquisa empreendida junto aos professores do IFCE – *campus* Canindé.

O DEBATE ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL E O SEU DIÁLOGO COM OS PROFESSORES DO IFCE-CAMPUS CANINDÉ

Segundo Garcia (1999), a formação de professores deve ser resultado da relação entre as formações acadêmica e pedagógica. Assim, compreende-se que a formação de professores é dinâmica e inacabada, e inicia-se antes mesmo da formalização de um curso e do ingresso em uma sala de aula. Portanto, constitui-se ao longo dos anos de experiência, mediante a aquisição de conhecimentos e de saberes adquiridos no cotidiano de trabalho, os quais são influenciados pelas mudanças constantes na sociedade e na educação.

Diante desta perspectiva, o questionamento central que conduz a presente pesquisa é: como se configura o debate étnico-racial nas licenciaturas no Brasil e, particularmente, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Canindé.



Para tanto, delimitou-se o estudo para os cursos de licenciatura em Educação Física e em Matemática do IFCE – *campus* Canindé, com vistas a compreender como esses cursos têm contribuído para o fortalecimento do debate sobre raça e etnia, partindo de um referencial teórico e documental que apontam para a ressignificação do lugar do negro na formação da sociedade brasileira.

O corpo docente do curso de licenciatura em Matemática era formado, na data da pesquisa, por oito professores e no curso de licenciatura em Educação Física, era composto por 11 docentes. Para a realização da pesquisa, selecionou-se dois professores de cada curso, adotando o critério de que tivessem a formação inicial no mesmo curso em que estavam ministrando as aulas, e que tivessem mais de três anos de atuação como docentes no IFCE – *campus* Canindé.

Infere-se ainda que os docentes selecionados eram do sexo masculino, compreendem a faixa etária de 30 a 40 anos, realizaram o curso superior em instituição de Ensino Superior pública, e se reconhecem como pardos. Para manter o anonimato dos sujeitos da pesquisa, optou-se por nomeá-los com nomes de escritores e/ou poetas negros, com destaque na defesa da igualdade racial. Assim, o entrevistado 1 (um) é Joel Rufino. O entrevistado 2 (dois) é Adão Ventura. O entrevistado 3 (três) é Lima Barreto e o entrevistado 4 (quatro) é Cruz e Sousa.

Inicia-se o diálogo com os docentes indagando sobre os seus conhecimentos em relação aos conceitos de raça, cor e etnia, bem como solicitou-se que eles discorressem sobre a diferenciação entre tais conceitos. E todos os professores apontaram a ausência de um momento, durante a realização do curso de licenciatura, que abordasse as referidas temáticas e que pudesse lhes oportunizar um embasamento teórico consolidado sobre a questão racial. Pode-se exemplificar tal fragilidade através da resposta de Cruz e Sousa: “[...] na verdade, o meu conhecimento é bem superficial a respeito disso. Eu nunca tive um estudo profundo sobre o assunto na graduação e nem em algum momento. Então, assim, eu não sei te dar um conceito mais formal a respeito disso não” (Cruz e Sousa).

Trabalhar em sala de aula com aspectos da diversidade étnico-racial é um desafio e



uma necessidade, uma vez que não se pode pensar a educação desvinculada das lutas sociais e políticas, pois o entendimento e a participação dos cidadãos nestas lutas contribuirão ativamente para a formação humana e profissional dos sujeitos em foco.

Apesar da existência dessa lacuna na formação inicial, o entrevistado Adão Ventura exprime suas considerações sobre esses conceitos e suas diferenciações, os quais foram constituídos ao longo de suas vivências pessoais e sociais. Nas palavras do referido professor:

[...] a ideia de raça estabelecida por pessoas de, vamos dizer assim, de padrões físicos, fenótipos diferentes. Há uma divisão da raça negra, pessoas de raça ariana e etcetera por conta deste fenótipo que é algo superficial né? [...] Cor também é algo visível. Você consegue visualizar. Tem a ver com o que a pele expõe, né, essa cor. E etnia tem a ver com, pra mim, com as populações diferentes. Étnicas né? São populações onde tem uma relação de culturas diferentes, da própria alimentação. É mais ou menos isso as relações que consigo fazer agora (Adão Ventura).

Apenas um dos professores entrevistados relatou ter realizado algumas leituras e se apropriado do tema em decorrência da integração do debate étnico-racial com a temática da cultura e do corpo. E, em razão desse interesse, aproximou-se da etnia indígena Tremembé, que reside no aldeamento de Almofala, na cidade de Itarema, no litoral norte do Ceará.

Este professor, que denomina-se de Lima Barreto, fez um resgate histórico para definir esses conceitos, a saber:

O que eu sei por raça é que durante o início do século XIX esse conceito perpassava os estudos sociais e era um conceito que ele vinha muito meio que se retroalimentando com as ciências naturais. [...] Então dentro da discussão social [...] se criou um determinismo biológico com esse entendimento de raça. [...] E assim, povos de todo o mundo foram sendo meio que classificados nesse entendimento de raças. Só que houve uma virada em que praticamente a discussão não avançou tanto, mas o conceito ele muda para a ideia de etnia. E muito com essa intenção de acreditar que o que os sujeitos fazem da cultura não é devido a sua determinação biológica, essa é a ideia de raça, mas devido ao aprendizado. [...] Aí etnia eu entendo assim, como um grupo social, né? Num grupo social existe uma certa coesão, apesar da dinâmica interna desses grupos também ter determinados conflitos, mas é um grupo social. Então, você tem como demarcar ali meio que as bases do que seria identidade e a partir dessa discussão de grupo social vem a ideia de identidade dentro do grupo. A ideia da diversidade que compõe esse grupo. E o termo cultura ele foi muito utilizado para analisar esses grupos sociais, né? [...] Me parece que o conceito de raça ele meio que foi sendo relativizada e aí chega nessa ideia de cor (Lima Barreto).

Percebe-se que, apesar dos professores entrevistados informarem que não tiveram a



oportunidade de realizar estudos mais aprofundados sobre os conceitos de raça, cor e etnia durante sua formação inicial, e de não expressarem as finalidades econômicas e políticas que sustentavam as relações de dominação e exploração, eles trazem impressões a respeito da organização dos seres humanos em etnias e em raças, e de como essa organização foi estratégica para o processo de dominação e exploração de grupos humanos.

Na sequência da entrevista, foi solicitado aos professores que expressassem o entendimento sobre as categorias racismo, discriminação e democracia racial. As análises dos entrevistados foram bem diferenciadas e retrataram suas visão de mundo. Sobre o racismo, foram comuns as respostas que destacaram que eram pessoas que se julgavam melhores do que as outras em razão da cor de sua pele. Também foi mencionado que existe um “racismo inverso”, quando um dos entrevistados relatou que negros e negras agiriam com racismo para com as pessoas de origem, cultura e fenótipo diferente dos seus.

Importa ressaltar que o racismo se estrutura a partir da crença da superioridade de uma raça sobre as outras, e essa superioridade conferirá aos indivíduos benefícios econômicos e sociais. Assim, o racismo reverso estaria se referindo à reprodução de discriminação e preconceito realizados por negros e negras (ou outros grupos minoritários) sobre pessoas brancas. O que não é possível de ocorrer, pois as minorias sociais não dispõem de aparatos políticos, meios de produção e acesso ao sistema jurídico para oprimir e discriminar quem tem acesso a esses recursos

Essa perspectiva aponta que a discussão teórico-política e as reflexões sobre as repercussões do racismo não se mostram suficientes para o enfrentamento direto ao racismo e suas práticas discriminatórias, às quais muitas vezes se baseiam na ideia do mérito para perpetuar práticas de favoritismos em sociedades e Estados, tão marcados pela opressão, discriminação e violência. As ações para a promoção da igualdade racial ainda não conseguiram, de modo geral, a adesão e nem o reconhecimento da sociedade, assim como um posicionamento positivo de profissionais formadores de opinião, como professores, uma vez que as reflexões sobre o racismo ultrapassam o agir das pessoas, pois consideram também as motivações para esse agir.



Sobre o conceito discriminação, observou-se que alguns professores correlacionaram ao conceito de racismo, apontando que racismo também é uma modalidade de discriminação. Estes professores citaram exemplos de discriminação, refletindo que essas ações seriam de maus-tratos ou negação a pessoas que não correspondem a um padrão de belo e aceitável na sociedade, ressaltando as discriminações e preconceitos sofridos pelos gays, lésbicas, gordos, praticantes de religiões de matrizes africanas e moradores de regiões geográficas que não correspondem a grandes centros urbanos.

E em relação ao conceito de democracia racial, os professores responderam que essa democracia não existe no Brasil, ao passo em que relataram situações de racismo e discriminações para ilustrar a sua não existência. É interessante analisar esses discursos porque, ao tempo em que eles informam não haver a democracia racial, não é perceptível uma problematização política e social dos entrevistados sobre o racismo e suas implicações na sociedade.

Ainda sobre esse último conceito, o entrevistado Lima Barreto acrescentou à sua fala a figura do sociólogo e historiador pernambucano Gilberto Freyre, e fez uma reflexão de como se organiza e funciona a democracia no Brasil. Nas palavras do entrevistado:

A democracia no Brasil, como a gente tá vendo, ela é uma democracia que tem seus donos. Então, eu acho que anterior à ideia de raça, a gente já não tem uma democracia pra sujeito nenhum. [...] Sempre foi assim e não foi muito diferente até bem pouco tempo atrás. [...] Houve uma abertura, desde 88 [...], mas são brechas muito pequenas. A forma como esta instituição Estado tá montada, ela não favorece muito a democracia. O acesso é diferenciado demais. Então, se o sujeito tem um capital cultural e o capital, se capitaliza, desde a educação básica se investe na cultura do sujeito, e quem investe é porque tem o poder de compra, [...] Então, eu acho que a democracia nesse sentido já não existe, e a questão da democracia racial, vamos supor que teoricamente ela existe, teoricamente (Lima Barreto).

Fernandes (2008), considerando uma importante referência nos estudos sobre raça e classe no Brasil, explica que na adaptação da economia brasileira ao modelo capitalista, negros e negras não foram integrados à sociedade da mesma forma que pessoas brancas. Portanto, eles continuaram em posição de subalternidade, pois não houve garantia de direitos a essa população e nem tratamento igualitário preconizado em uma sociedade de classes. Assim, pessoas brancas continuaram gozando de privilégios econômicos, sociais, políticos e



jurídicos remanescentes do regime escravocrata, enquanto homens e mulheres negros(as) permaneceram com sua imagem atrelada a estereótipos negativos. O referido autor, conclui que o mito da democracia racial é uma estratégia para encobrir essa renovação da subalternização de negros na sociedade, e de como essa tática continua a sustentar as velhas elites.

Na sequência, indagou-se aos entrevistados sobre os conhecimentos que tinham das políticas afirmativas: Cruz e Souza ressaltou que, por questões biológicas como o pigmento que determina a tonalidade da pele, a sociedade faz seus preconceitos e que em razão disso, foram instituídas ações como as cotas. Por conseguinte, Lima Barreto aborda um discurso da sociedade, principalmente entre as pessoas que negam a existência da questão racial e que, devido a isso, não aceitam as políticas afirmativas, fundamentando os seus questionamentos na ideia de que foi com base nessas orientações dos movimentos sociais negros que essa temática de raça teria sido abordada.

Seguindo essa linha de raciocínio, Cruz e Souza informou ainda que as cotas resultam de uma sociedade que diferencia as pessoas desde o seu pertencimento racial, e destaca que tal distinção não deveria existir. Acrescentou ainda a noção de que políticas como as cotas podem segregar ainda mais as pessoas em razão da sua pertença étnico-racial. Portanto, apenas o professor Adão Ventura trouxe como exemplo as ações desenvolvidas na Educação Básica, assim como o reconhecimento da dívida histórica, em decorrência da marginalização a que a população afrodescendente foi submetida por todos esses séculos de exploração e discriminação. Assim expressa Adão Ventura:

Sim, eu já ouvi falar. Não conheço a fundo, mas já ouvi falar sobre algumas políticas afirmativas. Sobre essa questão das políticas afirmativas, o que eu ainda tenho mais contato, que foi uma conquista, talvez, dentro destas políticas é sobre a lei do ensino da questão étnico-racial dentro das escolas. Que aí a gente teve um pouco mais de contato por conta de ser da licenciatura, e, também a gente ser muito procurado para discutir a questão étnico-racial dentro das escolas, principalmente no período de comemoração da cultura negra. [...] A gente sabe que os negros, quando trazidos para o Brasil, sofreram com a escravidão e, depois disso, sofreram com a exclusão social. Passaram por muitos problemas. E houve uma necessidade da própria cultura negra, da raça negra, de se colocar enquanto população que contribuiu para a formação do nosso país. Então, há realmente [...] uma dívida dentro desses séculos



de colonização e desenvolvimento do país para com a raça negra, no caso (Adão Ventura).

Por conseguinte, apenas Lima Barreto e Adão Ventura citaram a Lei 10.639/03, que trata da inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos obrigatórios da Educação Básica, e refletem sobre como a abordagem do tema ainda é superficial na Educação. Portanto, para Ventura:

São políticas afirmativas também. Que inclusive tem algo, uma coisa que a gente [...] do grupo de capoeira, a gente é sempre convidado, em novembro, para fazer apresentações de capoeira e isso me incomoda. Inclusive eu costumo conversar com os professores e diretores que me convidam para fazer isso que, primeiro, a capoeira não é a única herança cultural negra. Tem tanta coisa para ser falada e discutida. E só buscam a capoeira. E outra coisa, só buscam no mês de novembro, na semana da cultura negra, da consciência negra. [...]. É algo pontual e muito mais fácil de passar sem as devidas assimilações dos alunos, entendeu? Então existe muito isso (Adão Ventura).

Verifica-se uma certa dificuldade dos professores entrevistados em se perceberem como participantes de um processo de formação humana. Eles relatam que, no exercício profissional, procuram tratar a todos de maneira igual e respeitar e valorizar as suas peculiaridades. Essa atitude de tratar todos iguais e da mesma maneira pode ser um avanço em relação a não ter posturas discriminatórias e de desvalorização. Entretanto, quando todos são tratados como iguais, corre-se o risco de não perceber atitudes internas no grupo motivadas pelas diferenças entre as pessoas, como o racismo, o preconceito em relação a orientação sexual, às pessoas com alguma deficiência, à origem social e/ou geográfica etc.

O importante relato de Lima Barreto problematiza o modelo de formação, ressaltando que muitas vezes não se permite que o aluno expresse o seu pensamento de maneira crítica, bem como não se considera os fatores sociais que o aluno vivencia em seu cotidiano. O entrevistado ressalta ainda que:

[...] a gente tem que ter o maior cuidado desse lance da cidadania porque muitas vezes o discurso pode revestir práticas bem diferentes [...]. Eu acho que as vezes nós *tamos* vivenciando determinadas metodologias de ensino que são bem produtivistas e não tem uma visão crítica de sociedade. [...] as matérias que eu ensinei [...] sempre tiveram vinculadas a ideia de como é que o sujeito deve se portar no mundo. Então, eu acho que é isso a ideia de cidadania [...]. Então [...]: a ideia de que as coisas tão



em movimento. Por mais que a gente esteja apresentando esses conteúdos, mas eles estão num campo que podem ser superados (Lima Barreto).

E, finalmente, esse professor, quando abordou a desvalorização das Ciências Humanas e Sociais ressaltou que, em razão disso, não há uma preocupação concreta em articular a formação humana com a formação profissional dos alunos. O entrevistado infere também que, sem uma formação voltada para essas questões, o debate étnico-racial chega na escola de modo fragmentado. Coadunando com as reflexões do referido professor, entende-se que o problema é estruturante e, portanto, as ações também devem ser. Não se pode combater superficialmente o que é profundo e sedimentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo é constituinte das relações de poder e privilégio que se desenvolvem no Brasil e, apesar dos esforços empreendidos nos últimos 25 anos no País, com o intuito de responder às demandas de reconhecimento e participação da população afrodescendente, as iniciativas ainda se mostram tímidas no enfrentamento e combate ao racismo e discriminação, somados a isso, percebe-se o interesse dos movimentos conservadores em desqualificar a pauta antirracista.

É necessário não somente o reconhecimento de que a partir do racismo muitas outras desigualdades são geradas, como as desigualdades sociais e de gênero, motivando as mais diversas formas de opressão e exploração. É urgente e necessário, que para além de dispositivos legais, haja orçamento público para a implementação e consolidações de ações afirmativas e valorativas voltadas para a população negra, com o objetivo de favorecer o seu acesso a novos espaços.

Os relatos dos entrevistados evidenciaram que eles não apresentaram formação específica para discutir sobre o assunto, apesar de trazerem informações disseminadas na história e na organização da sociedade, assim como impressões a respeito da organização dos seres humanos em etnias e em raças, e de como essa organização foi estratégica para a



dominação e exploração de grupos humanos, mesmo que não tenham expressado as finalidades econômicas e políticas que sustentavam essas relações.

Foram identificadas, a partir da pesquisa documental e da realização das entrevistas, ações que podem ser consideradas como voltadas à educação para as relações étnico-raciais, mesmo que tímidas, como por exemplo a utilização da etnomatemática, que foi identificada em algumas disciplinas da Licenciatura em Matemática, visto que essa temática aborda a utilização e importância da ciência em diferentes culturas e contextos. Por conseguinte, na Licenciatura em Educação Física foi mencionada a importância do ensino da capoeira para a valorização e riqueza cultural dessa arte, como também o fato dela se tornar uma disciplina obrigatória no currículo do curso. Foram mencionadas também as disciplinas que contemplem a dança, porque também propiciam esse resgate cultural. Por fim, ressaltou-se a disciplina de natação, onde foi observada a busca pela superação da pseudoteoria, que afirma que negros não seriam bons nadadores devido à sua densa musculatura, visto que os professores debatem essa temática com os estudantes.

Portanto, conclui-se que, para além da denúncia da existência do racismo que organiza a dinâmica e as relações da sociedade brasileira, precisa-se também entender que a educação sempre se apresentou como um campo de resistência para negros e negras no Brasil. E que, a partir da política de educação é possível implementar ações sérias que favoreçam a promoção da igualdade racial, com o compromisso político e a destinação de orçamento compatível com a demanda das ações, além da formação de professores e demais profissionais que compreendem criticamente o processo de miscigenação ocorrido no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luis de. Dossiê: Marxismo e Questão Racial. Apresentação: **Revista Margem Esquerda**. n. 27, p. 23-24, jul-dez, 2016.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível



em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **DOU**: Brasília: DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" e dá outras providências. **DOU**: Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msckid=0c0d30. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. Lei n.12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **DOU**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 19 out. 2024.

DEVULSKY, Alessandra. Estado, racismo e materialismo. **Revista Margem Esquerda**. n. 27, p. 25-27, jul-dez, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. v.1, Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. ed., São Paulo: Globo, 2008.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto editora: 2013

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELE²R, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. 1. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2012.

² Este artigo é parte do trabalho de Dissertação de Mestrado realizado pela primeira autora sob orientação da segunda.



MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Questão Racial e Opressão: desigualdades raciais e resistências plurais na sociedade capitalista. **Revista Argumentum**. Vitória, v. 9, n.1, p. 2-31. jan./abr., 2017.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Anita, 1994.

PEREIRA, Mariana Cunha. Educação e políticas de ação afirmativa no Brasil: um debate étnico-racial atualizado na discussão das Leis 10.639/03 e 11.645/08. *In.*: RIBEIRO, Cristiane Maria; PEREIRA, Mariana Cunha. (orgs.) **Educação e Relações Étnico-Raciais** – diálogos, silêncios e ações. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 75-94.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: Particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA FILHO, José Barbosa. **Ser negro na história e na sociedade brasileira**: o dito, o não dito e o por dizer. Curitiba: Appris, 2012.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 -1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutora em Educação (USP) – Universidade Estadual do Ceará (UECE) –
<https://orcid.org/0000-0001-8761-6489> – rejane.bezerra@uece.br

[**] Mestre em Educação (UECE) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) –
<https://orcid.org/0009-0006-9318-2633> - mayarapausime@gmail.com

Submetido em: 29 de Agosto de 2024.

Aprovado em: Dezembro de 2024.

Publicado em: Fevereiro de 2025.